



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

EDITAL /AVISO DE INEXIGIBILIDADE

Processo n.º 17/2026

Inexigibilidade n.º 04/2026

A Câmara Municipal de Santana da Vargem/MG, mediante a Comissão de Contratação, torna-se público, realizará **INEXIGIBILIDADE**, na hipótese do art. 74, inciso III, alínea f, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa da Controladoria e demais legislação aplicável.

1. Objeto

1. O objeto da presente dispensa a contratação por **INEXIGIBILIDADE** de empresa especializada em treinamento para aplicação do curso: “**Curso auditoria conformidade e atualização no e-social dos órgãos públicos atualização leiaute S-13 Autorregularização fiscalização eletrônica + oficina prática de auditoria dos eventos no e-social**”, na cidade de Santana da Vargem Minas Gerais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação **INEXIGIBILIDADE** e seus anexos.

1.1 A contratação ocorrerá em item/lote único, conforme tabela constante abaixo.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	LOCAL DE EXECUÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO
	1	Tema: Curso auditoria conformidade e atualização no e-social dos órgãos públicos atualização leiaute S-13 Autorregularização fiscalização eletrônica + oficina prática de auditoria dos eventos no e-social BLOCO 1 (2h) – Panorama	Inscrições	2	R\$2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa reais) por participante	O curso será ministrado na modalidade Ensino a Distância na modalidade online.	O curso será ministrado nos dias 16 e 17 de Abril de 2026



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>2026: Autorregularização RFB, Leiante S-1.3, DIRF 2025/PGD-C e mudanças na rotina do órgão</p> <p>Objetivo do bloco: Colocar o participante no contexto real de 2026–2027: o que a Receita exige, quais são os marcos legais e o que muda operacionalmente para órgãos públicos.</p> <p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Programa Receita Social Autorregularização (RFB): base legal (Portaria RFB nº 632/2025), marcos, benefícios, riscos de exclusão e comunicação aos Tribunais de Contas.• Cronograma legal em linguagem operacional (2026–2027): adesão (20/02), PGD-C (27/02), Plano de Ação (31/03), regularização eSocial (30/09), tributos (30/11) e reporte aos TCs (30/04/2026 e 29/01/2027).• Atualização Leiante S-1.3: diferença entre validação técnica e conformidade jurídica/ operacional.• Transição DIRF 2025 □ eSocial: PGD-C como fechamento da DIRF 2025 e S-1210 como novo modelo de informações de pagamentos.• Principais falhas em órgãos públicos: inconsistência de CPF, bases e códigos; pagamentos extemporâneos. <p>Atividade prática guiada: ‘Mapa de marcos’: cada participante marca no cronograma 2026–2027 qual área do órgão é responsável por cada entrega e qual evidência precisa existir.</p>					
--	--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>Entregáveis do bloco:</p> <ul style="list-style-type: none">• Quadro do cronograma legal com checklist de evidências por marco.• Mapa de responsabilidades por setor (matriz RACI simplificada). <p>BLOCO 2 (2h) – Programa de auditoria: escopo, equipe, cronograma, matriz de risco, checklists por evento</p> <p>Objetivo do bloco: Ensinar o órgão a auditar como sistema, não como evento isolado. Estruturar o programa interno de auditoria.</p> <p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Estrutura do Programa de Auditoria de Conformidade: escopo mínimo por ciclos (Tabelas <input type="checkbox"/> Cadastros/Vínculos <input type="checkbox"/> SST <input type="checkbox"/> Folha <input type="checkbox"/> Fechamento/Totalizadores <input type="checkbox"/> DCTFWeb).• Equipe multidisciplinar e governança: papéis de RH, TI, Contabilidade, Controle Interno, Jurídico e SST.• Matriz de risco aplicada ao eSocial: probabilidade x impacto (financeiro, operacional, reputacional).• Riscos típicos: rubricas com incidência errada, SST sem lastro técnico, divergências de totalizadores e DCTFWeb.• Checklists por evento: estratégia de auditoria por módulos. <p>Atividade prática guiada: ‘Montagem do programa em 1 página’: os participantes preenchem um template com objetivo, escopo, período, equipe, testes, evidências, cronograma e entregáveis.</p>					
--	--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>Entregáveis do bloco:</p> <ul style="list-style-type: none">• Modelo de Programa de Auditoria (1 página).• Matriz de risco (versão base).• Checklists iniciais por módulo. <p>BLOCO 3 (2h) – Auditoria de eventos de tabelas e cadastros (S-1000 a S-1070; S-2200/S-2300; consistência cadastral)</p> <p>Objetivo do bloco: Garantir que a base cadastral e parametrizações estejam corretas, pois 80% dos erros em cascata nascem aqui.</p> <p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Eventos de tabelas e sua função na auditoria: por que tabela errada gera folha errada, totalizador errado e DCTFWeb errada.• Governança de vigência: alterações em tabelas sem controle criam passivo retroativo.• S-1000/S-1005/S-1020/S-1030/S-1050/S-1070: o que revisar em cada evento.• Erros frequentes em órgãos públicos: estabelecimentos desatualizados, lotações tributárias inconsistentes, processos judiciais não refletidos em incidências/compensações.• Auditoria de cadastros e vínculos: S-2200 (admissão/cadastro) e S-2300 (TSVE – sem vínculo).• Testes de consistência: CPF, NIS, data de nascimento, categoria, duplicidades, vinculação com rubricas e bases. <p>Atividade prática guiada: ‘Check-up cadastral’: simulação de auditoria em amostra de 10 matrículas,</p>					
--	---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>listando 3 divergências mais comuns e ação corretiva recomendada. Entregáveis do bloco:</p> <ul style="list-style-type: none">• Checklist ‘tabelas e cadastros’ completo.• Roteiro de amostragem (como escolher as matrículas críticas).• Lista de ‘erros que geram efeito cascata’ para priorização. <p>BLOCO 4 (2h) – SST (S-2210/S-2220/S-2240): falhas típicas no setor público, evidências (LTCAT/PCMSO etc.) e impactos Objetivo do bloco: Evitar o maior risco silencioso do setor público: SST enviada sem lastro técnico, com reflexos previdenciários e de controle externo. Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• SST no setor público: por que é diferente (ambientes heterogêneos: saúde, educação, obras, vigilância, prisional).• Relação com adicionais de insalubridade/periculosidade e riscos de passivo.• S-2210 (CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho): critérios de envio, prazos, consistência com registros de saúde ocupacional.• S-2220 (Monitoramento de Saúde): ASO e exames, coerência com PCMSO, controle de periodicidade.• S-2240 (Condições Ambientais/Agentes Nocivos): vínculo com S-1060 (ambientes) e laudos técnicos; EPC/EPI e eficácia; reflexos previdenciários (PPP eletrônico/aposentadoria				
--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>especial).</p> <ul style="list-style-type: none">• Evidências mínimas exigidas para SST auditável: LTCAT, PCMSO, PGR, laudos de insalubridade/periculosidade, relatórios de medições, fichas de EPI, treinamentos e atas/ordens de serviço. <p>Atividade prática guiada: ‘Matriz de evidências SST’: montar, por unidade do órgão (hospital/escola/obra), o conjunto mínimo de documentos e como cruzar com os eventos enviados.</p> <p>Entregáveis do bloco:</p> <ul style="list-style-type: none">• Checklist SST (S-2210/S-2220/S-2240).• Matriz de evidências SST por unidade.• Lista de ‘erros graves’ e impactos (previdenciário, trabalhista, reputacional). <p>DIA 2 (8 horas)</p> <p>BLOCO 5 (2h) – Folha e remuneração/pagamento (S-1200/S-1202/S-1210): competência x caixa; IRRF e pontos críticos</p> <p>Objetivo do bloco: Dominar a dualidade que mais gera divergência e passivo: remuneração (competência) x pagamento (caixa), com foco em IRRF.</p> <p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• S-1200 (remuneração RGPS) e S-1202 (remuneração RPPS): soma de rubricas, incidências corretas, compatibilidade com contracheque.• Pontos críticos do setor público: gratificações, plantões, retroativos, indenizações e verbas de natureza controversa.• S-1210 (pagamentos) e					
--	--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>IRRF: regime de caixa (quando o valor foi pago), impacto em IRRF, retenção correta e deduções.</p> <ul style="list-style-type: none">• Erros típicos: retenção calculada pela competência e recolhida sem bater com o que foi pago.• Testes essenciais de auditoria de folha: S-1200/S-1202 x contracheque; S-1210 x extrato bancário/ordem bancária; S-1210 x recolhimentos de IRRF (DARF). <p>Atividade prática guiada: ‘Trilha do dinheiro’: em um caso simulado, acompanhar remuneração <input type="checkbox"/> pagamento <input type="checkbox"/> retenção <input type="checkbox"/> evidência do recolhimento.</p> <p>Entregáveis do bloco:</p> <ul style="list-style-type: none">• Checklist de auditoria de folha (S-1200/S-1202/S-1210).• Modelo de conciliação competência x caixa.• Lista de rubricas de alto risco para revisão prioritária. <p>BLOCO 6 (2h) – Fechamento e totalizadores (S-1299; S-5001/S-5011) + cruzamentos com DCTFWeb</p> <p>Objetivo do bloco: Ensinar o participante a ‘ler os totalizadores’ e detectar divergências antes de virar confissão de dívida na DCTFWeb.</p> <p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• S-1299 (fechamento): regras de fechamento, reabertura e efeito sobre apuração; risco de fechar com erro.• Totalizadores: S-5001 (contribuições sociais) e S-5011 (bases/contribuições e agregações relevantes).					
--	--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<ul style="list-style-type: none">• Como identificar incoerência: base não compatível, alíquota fora do padrão, rubrica ‘sumindo’ do totalizador.• DCTFWeb como consolidadora e confissão de dívida: conciliação totalizadores eSocial x DCTFWeb.• Riscos: inconsistência persistente, pagamentos indevidos, parcelamentos errados. <p>Atividade prática guiada: ‘Mapa de divergências’: checklist para classificar problema como cadastro, rubrica, base, alíquota, período, fechamento ou erro de sistema.</p> <p>Entregáveis do bloco:</p> <ul style="list-style-type: none">• Checklist de fechamento/totalizadores.• Modelo de conciliação eSocial x DCTFWeb.• Matriz de causas-raiz de divergência. <p>BLOCO 7 (2h) – Cruzamentos avançados e identificação de divergências críticas</p> <p>Objetivo do bloco: Capacitar o órgão para realizar cruzamentos avançados entre eventos do eSocial, identificando divergências que geram passivo fiscal e previdenciário.</p> <p>Conteúdo programático:</p> <ul style="list-style-type: none">• Cruzamentos fundamentais no eSocial: S-1200 x S-1210 (competência x caixa), S-2240 (SST) x adicionais de insalubridade/periculosidade na folha.• Cruzamento de totalizadores: S-5011 x					
--	---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>DCTFWeb para identificação de divergências nas contribuições.</p> <ul style="list-style-type: none">• Análise de consistência: rubricas (S-1010) x valores na folha x bases tributáveis.• Identificação de omissões: pagamentos não declarados, remunerações não informadas, vínculos inconsistentes.• Ferramentas práticas: planilhas de controle, relatórios gerenciais do eSocial, análise de recibos e retornos. <p>Atividade prática guiada: ‘Cruzamento de dados reais’: exercício com dados simulados ou fornecidos pelos participantes para identificar divergências e propor ações corretivas.</p> <p>Entregáveis do bloco:</p> <ul style="list-style-type: none">• Matriz de cruzamentos essenciais.• Checklist de identificação de divergências críticas.• Modelo de planilha de controle de cruzamentos. <p>BLOCO 8 (2h) – Correções (retificação/exclusão/ extemporâneo) + Plano de Ação “auditável” + trilha de evidências</p> <p>Objetivo do bloco: Transformar diagnóstico em execução: corrigir corretamente, documentar evidência e montar Plano de Ação que sustenta o órgão até 2027.</p> <p>Conteúdo programático: Correções no eSocial (visão operacional): retificação (indRetif=2 + nrRecibo) quando e como usar;</p>					
--	---	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

	<p>exclusão (S-3000) e seus cuidados; extemporâneos e como documentar.</p> <ul style="list-style-type: none">• ‘Correção em cadeia’: impactos do evento de origem até totalizador e DCTFWeb.• Plano de Ação auditável: estrutura mínima exigida pela RFB (dificuldades, ações, cronograma).• Como escrever ações verificáveis: com evidência, responsável, prazo e resultado mensurável.• Gestão por marcos: o que deve estar pronto até 30/09/2026 e 30/11/2026.• Visão 2027: preparação para o reporte final aos Tribunais de Contas.• Trilha de evidências: o que guardar e como provar (recibos, relatórios, prints controlados, logs do sistema, pareceres, laudos SST, conciliações, memórias de cálculo, relatórios de auditoria interna). <p>Atividade prática guiada (fechamento do curso):</p> <p>‘Plano de Ação do órgão’: cada participante (ou grupo por órgão) preenche um mini-plano com 5 ações, prazos, responsáveis e evidências, amarrado ao cronograma legal.</p> <p>Entregáveis do bloco:</p> <ul style="list-style-type: none">• Template de Plano de Ação (versão curso).• Checklist de trilha de evidências por área (RH/TI/Contabilidade/Control e Interno/SST).• Roteiro final ‘antes de transmitir/fechar’ para reduzir retrabalho e risco. <p>Data: 16 e 17 de Abril de 2026</p>				
--	--	--	--	--	--



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

		Valor: R\$2.890,00 (dois mil oitocentos e noventa) por participante.					
--	--	---	--	--	--	--	--

TOTAL R\$ 5780,00 (cinco mil setecentos e oitenta reais)

1.3 O critério de julgamento adotado foi, artigo 74, III da lei 14.1333 de 2021 “ III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação (...) f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal”

1.4 Dotação orçamentária: 06-3.3.90.39.00.00.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica, valor R\$ 43.130,00 (quarenta e três mil cento e trinta reais).

2. Habilitação

2.1 A habilitação dos fornecedores será verificada por meio dos documentos apresentados em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica, conforme for o caso.

2.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela comissão de contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

2.3 Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

2.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, no prazo **2 (duas) horas** sob pena de inabilitação.

2.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

2.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

2.7 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz;
- b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa, que são válidos tanto para a matriz quanto para as filiais;
- c) se o licitante for a matriz e o executor do contrato a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente, com exceção das certidões emitidas unicamente para a matriz;
- d) a Certidão de Regularidade do FGTS poderá ser apresentada tanto da matriz quanto da filial, já que a regularidade da filial está condicionada à regularidade da matriz e dos demais estabelecimentos.

2.8 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas

3. Habilitação Jurídica

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

3.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.2 Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

3.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SUL ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa FREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

3.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

3.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

3.8 Empresa ou sociedade estrangeira: Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº (Para atividades que precise de autorização para funcionamento)

3.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

4. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.5 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

4.6 Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.7 As ME e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

4.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, os documentos relacionados no subitem 9.3, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme §1º, do art. 43, da Lei Complementar 123/06, e suas alterações.

4.9 A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou decidir pela revogação da licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

5. Habilitação Econômica Financeira

5.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida com antecedência máxima de 90 (noventa) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expreso. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

5.2 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);

6. Habilitação – Qualificação Técnica

6.1 Atestado de capacidade técnica , em nome da matriz ou filial no campo de atuação do objeto a ser prestado (prestação de serviços de treinamento).

6.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.3 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

6.3.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

6.3.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

6.3.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

6.3.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

6.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

6.3.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

6.3.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão

6.4 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

6.4.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

6.6 Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

6.8 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

6.9 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

6.9.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.10 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.11 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.12 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

6.13 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma

6.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

6.15 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7. Da Contratação

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Conforme consta do § 1º do Artigo 90 da Lei Federal de nº 14.133/2021.

7.3 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento

7.4 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.5 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.6 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. Das Infrações

8.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

8.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.2.1 Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento), sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

8.2.3 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.4.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.4.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.4.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.4.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.7 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou es-



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

trangeira, cópias do processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.12 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. Das Disposições Gerais

9. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Sítio oficial da Câmara Municipal de Santana da Vargem, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.4 As providências acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.5 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM

PRAÇA PREFEITO HERNANI PEREIRA SCATOLINO Nº 50

FONE (35) 3858 – 1229

Site: santanadavargem.mg.leg.br

9.6 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.8 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.9 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.11 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.12 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Santana da Vargem , 10 de Abril de 2026